

REPRESENTAÇÃO

JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS BARBOSA, inscrito no CPF sob o n. 051.751.476-17, casado, brasileiro, servidor público federal, residente e domiciliado à Rua 21, 189, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP 74 805-240, vem pelo presente apresentar notícia de fato em face do Estado de Minas Gerais, ante possível irregularidade na interpretação tributária quando do cálculo remuneração dos servidores naquele ente, quando submetidos ao Regime de Previdência Complementar, previsto no §15 do art. 40 da Constituição Federal.

O representante teve notícia possível irregularidade na apuração do Imposto de Renda Retido na Fonte dos servidores do Estado, vinculados ao Regime de Previdência Complementar. Dentre os que optaram por aderir à PREVCOM/MG, entidade fechada de previdência complementar criada pela Lei Complementar Estadual n. 132, de 7 de janeiro de 2014, verificou-se que a apuração do Imposto de Renda Retido na Fonte não incluía na dedução da base de cálculo do tributo o valor da contribuição efetuada pelo servidor.

O Imposto de Renda é tributo de competência federal (Constituição Federal, art. 153, III), cabendo à União estabelecer a regulamentação acerca da regra matriz tributária. Em que pese haver previsão constitucional de repartição das receitas do referido tributo (arts. 157, I e 158, I), os demais entes devem adotar a regulamentação federal acerca do tema quando da apuração do montante devido.

O Imposto de Renda é regido pelas leis federais 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, bem como suas atualizações. A metodologia para cálculo mensal do Imposto de Renda Retido na Fonte está prevista na Instrução Normativa RFB nº 1500, de 29 de outubro de 2014, capítulo VIII. Esta, expressamente, prevê que as contribuições à entidade fechada de previdência complementar devem ser deduzidas da base de cálculo do IRRF:

Art. 52. A base de cálculo sujeita à incidência mensal do IRRF é determinada mediante a dedução das seguintes parcelas do rendimento tributável:

(...)

V - as contribuições para entidade fechadas de previdência complementar de que trata o § 15 do art. 40 da Constituição Federal, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social; e (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 2141, de 22 de maio de 2023)

É incontroverso, portanto, que as contribuições efetuadas à PREVCOM/MG ou entidades assemelhadas deve ser deduzida da base de cálculo do imposto de renda retido na fonte, quando da apuração mensal. Interpretação diversa resultaria em enriquecimento indevido do ente, na medida em que equivocadamente apuraria o IRRF sobre uma base de cálculo mais alta, cuja receita seria apropriada pelo próprio ente.

Tal informação, inclusive, seria de conhecimento e reforçada por representantes da entidade previdenciária, que informavam aos servidores interessados que haveria compensação quando da apuração do imposto devido no exercício, após declaração de ajuste anual. A informação

está parcialmente correta, já que é impossível recuperar todo o montante, sequer em termos nominais. Entretanto, violando o pacto federativo, há prejuízo à União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

Quanto aos servidores, há duas perdas decorrentes desta equivocada interpretação. A uma, um inerente custo de oportunidade na medida em que sofrem uma redução do rendimento líquido mensal que permanece nominalmente congelada até a data final de entrega da Declaração do Imposto de Renda e que, posteriormente, quando corrigida, fica limitada à taxa SELIC. A duas, porque a retenção relativa ao 13º salário é exclusiva na fonte e, portanto, não pode ser posteriormente compensada mediante ajuste do tributo devido.

Por parte da União, podem ocorrer dois cenários: no primeiro, servidor que já teria direito à restituição do imposto de renda terá o valor majorado, resultando numa despesa maior que aquela que seria devida, correta. No segundo cenário, o servidor mineiro que teria imposto de renda a pagar recolheria um valor a menor, ou mesmo, o que era para ser receita se transforma numa despesa.

No cenário em que há impacto apenas na despesa, a perda se restringe à União. Entretanto, no outro cenário, haveria uma perda de receita na conta 1.1.1.3.01.0.0. Neste caso, não apenas a União seria prejudicada, mas os demais entes federativos, haja vista que parcela das receitas com o referido imposto têm caráter de repartição vinculada. São exemplos o Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Ante o exposto, utilizei de informações contidas no portal da transparência e outras fontes de dados abertas para avaliar se há dano e tentar determinar o impacto. Para tanto, foram considerados os dados disponibilizados no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais¹ e da PREVCOM/MG².

O tratamento de dados utilizou ferramentas automatizadas na linguagem Python, em especial, a biblioteca Pandas. Durante o processamento dos dados, verificou-se que a granularidade dos dados disponibilizados no portal da transparência é demasiadamente grande, não havendo, em princípio, probabilidade de estimar adequadamente as bases de cálculo e os efeitos sobre aqueles servidores que estão no regime de previdência complementar.

Selecionando uma amostra de servidores (recém-nomeados para o cargo de Auditor-Fiscal, com data de posse e remuneração conhecida), há divergências entre as informações, conforme exemplo abaixo:

1 Disponível em <https://www.transparencia.mg.gov.br/>

2 Disponível em <https://www.prevcommg.com.br/>

Fevereiro/2024			
Composição da Remuneração (R\$)			
Remuneração Bruta	23.769,83	Descontos	6.732,50
Remuneração Básica	21.076,13	Contribuição Previdenciária	2.112,68
Férias	-	Imposto de Renda Retido na Fonte	4.619,82
Gratificação Natalina	-	Abate Teto	-
Prêmio de Produtividade	-		
Férias Prêmio	-		
Jetons Administração Direta	-		
Demais Eventuais	2.693,70		
Remuneração Líquida			17.037,33

Neste primeiro caso, trata-se de servidor que teve início do exercício em meados de fevereiro. Possui remuneração que excede ao teto do RGPS e presume-se que realizou contribuição previdenciária à PREVCOM/MG. Neste caso, a rubrica “Demais Eventuais” equivale, em princípio, tão somente às verbas indenizatórias, decorrentes da ajuda de custo prevista para o cargo, de acordo com o número de dias efetivamente trabalhados.

Fevereiro/2024			
Composição da Remuneração (R\$)			
Remuneração Bruta	41.941,36	Descontos	11.255,82
Remuneração Básica	25.291,35	Contribuição Previdenciária	2.331,50
Férias	-	Imposto de Renda Retido na Fonte	8.924,32
Gratificação Natalina	-	Abate Teto	-
Prêmio de Produtividade	-		
Férias Prêmio	-		
Jetons Administração Direta	-		
Demais Eventuais	16.650,01		
Remuneração Líquida			30.685,54

Já neste caso, trata-se de servidor que entrou em exercício em meados de janeiro, posteriormente ao fechamento da folha. Foi pago a título de remuneração bruta, em fevereiro, aquela prevista para o cargo. Em compensação, em “Demais Eventuais” foram considerados não apenas as verbas de natureza indenizatória, como também a remuneração proporcional relativa a janeiro.

Isto ilustra a granularidade excessivamente alta, no qual os dados disponibilizados são excessivamente resumidos, a ponto que não se pode aferir, com precisão e segurança, quais as bases de cálculo cabíveis. Os dados brutos da folha de pagamento disponibilizam os atributos seguintes:

masp;nome;descsitser;nmeft;tem_apost;desccomi;descinst;descunid;carg
a_hora;remuner;teto;judic;ferias;deter;premio;feriasprem;jetons;eventual
;ir;prev;rem_pos;bdmg;cemig;codemig;cohab;copasa;emater;epamig;funp
emg;gasmig;mgi;mgs;prodemge;prominas;emip;codemge;emc

Conforme análise, os campos típicos para análise da composição da remuneração dos servidores seriam apenas: *remuner*, *decter*, *eventual*, *ir*, *prev*, *rem_pos*. Respectivamente, tratariam a remuneração bruta, décimo terceiro salário, demais eventuais, imposto de renda retido na fonte, contribuição previdenciária e remuneração líquida. As principais limitações a uma análise mais aprofundada seriam a ausência de separação entre as despesas previdenciárias recolhidas ao RPPS/MG, INSS e PREVCOM/MG; bem como a excessiva generalização do campo “demais eventuais”, que pode receber todo tipo de verba sem a necessária decomposição por naturezas e competências.

Desta forma, construiu-se um modelo para identificar indícios dos fatos narrados. Para tanto, era necessário trabalhar com um grupo de dados confiável. Foi selecionado o grupo de servidores convocado para perícia médica em fevereiro de 2024³. Desta forma, caso ainda entrassem em exercício a tempo de serem incluídos na folha, previa-se que se alcançaria requisitos necessários para pesquisa: remuneração superior ao teto do RGPS; grande possibilidade de contribuição à PREVCOM/MG; baixo risco de que houvesse verbas de caráter remuneratório incluídas na rubrica “demais eventuais”.

O valor da contribuição previdenciária para aqueles que estão limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS e que não optaram pela adesão à PREVCOM/MG, no exercício de 2024, é de R\$ 1.018,60 (um mil e dezoito reais e sessenta centavos), conforme simulação abaixo, extraída do simulador de contribuição previdenciária mantido pela SEF/MG⁴, aplicando-se uma remuneração equivalente ao atual teto do RGPS, que é de R\$ 7.786,02.

5- Remuneração / Alíquotas	
Valor da Contribuição	R\$ 1.018,60
Valor Patronal:	R\$ 2.037,21
Alíquota efetiva	13.08%
Alíquota nominal	15.50%

Após cruzamento de fontes e tratamento dos dados (cópia do resultado em planilha anexa), chegou-se ao seguinte resultado: 30 (trinta) servidores entraram em exercício e tiveram pagamentos creditados em fevereiro de 2024. Destes, 3 (três), por alguma especificidade, tiveram contribuição limitada ao RGPS, cada um destes com uma diferente remuneração bruta, decorrente do número de dias trabalhados. Há coincidência de remuneração bruta em 17 casos, bem distribuída. Outros dez servidores pagaram valores acima do teto (presumindo retenção de pagamento para a PREVCOM/MG), e em **todos** os casos houve apuração de IRRF acima do previsto, exceto no caso dos servidores cuja contribuição previdenciária se limitou ao teto do RGPS e, portanto, não contribuíram à PREVCOM. Para esta estimativa, foi adotada a seguinte fórmula:

$$\text{irrf_previsto} = (\text{remuner-prev}) * 0,275 - 896$$

3 Convocação disponível em https://www.mg.gov.br/system/files/media/planejamento/documento_detalhado/2024/gestao-de-pessoas/concursos-publicos/conv-cade-sef.pdf

4 Disponível em: https://rpps.fazenda.mg.gov.br/rpps/index_calculo.xhtml

Para se chegar a este IRRF previsto, não foi levada em consideração outros fatores que poderiam deduzir a base de cálculo, como pensão judicial ou dependentes regularmente inscritos. Se o Estado de Minas Gerais estivesse adotando a metodologia correta, o IRRF retido dos servidores seria igual ou menor do que o previsto. Entretanto, em todos os casos de servidores que pagaram acima do teto do RGPS houve desconto a maior. Presumindo-se, portanto, que o Estado de Minas Gerais não tem deduzido a contribuição à PREVCOM/MG da base de cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte e, por consequência, arrecadando uma receita maior que a devida, em desacordo com a regulamentação do tema.

É preciso, portanto, obter informações quanto efetivamente foi recolhido dos servidores em favor da PREVCOM/MG, mediante apresentação de dados em maior grau de detalhe, preferencialmente fichas financeiras ou instrumento equivalente, bem como a relação de todos os servidores que fazem ou fizeram parte da PREVCOM/MG.

Do Dimensionamento do Impacto

Em que pese o fato de não haver suficiente granularidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, em consulta ao da PREVCOM/MG, há disponibilização de dados acerca do produto de arrecadação da entidade, mediante análise do Relatório de Avaliação Atuarial. Neste documento, relativo ao exercício de 2023, é disponibilizada a Tabela 4, contendo Estatísticas Descritivas acerca do plano. Embora sumarizadas, as informações disponibilizadas permitem totalizar o valor das contribuições pagas pelos servidores e, diante disto, elencar estimativa com razoável grau de confiabilidade para dimensionar o risco e perda decorrentes da tese proposta.

A partir destas informações, foi elaborada planilha (vide Anexo I), por meio do qual se estimou que a base de cálculo dos servidores que contribuem à PREVCOM alcança um montante estimado em **R\$ 24.092.724,93 (vinte e quatro milhões, noventa e dois mil, setecentos e vinte e quatro reais e noventa e três centavos)**. Como a remuneração do teto da previdência está bastante acima da mais alta faixa de alíquota de imposto de renda⁵, presume-se que a integralidade, ou algo bem perto disto, teria aplicação da alíquota de 27,5% de Imposto de Renda. Portanto, em 2023, a perda da União seria estimada em aproximadamente **R\$ 6.625.499,36 (seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos)**.

Observa-se, entretanto, que há ainda um número bastante pequeno de servidores que aderiram e mantêm contribuições à PREVCOM/MG. Em 2023, o relatório atuarial informa um total de **1.980 (um mil novecentos e oitenta) servidores**. Tendo por fundamento a folha de fevereiro de 2024, foram encontrados 314.322 matrículas (“Masp”) distintos, de forma que o número de servidores que contribuem à PREVCOM/MG representa, hoje, por volta de 0,6% do quadro do Estado. Em média, cada um destes servidores teve uma diferença na declaração de ajuste estimada em aproximadamente **R\$ 3.346,21 (três mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos)**. Entretanto, a tendência é a de que o número de servidores cresça ao longo do tempo, uma vez que os novos ingressos ao serviço público estadual se dão pelo regime de previdência complementar, salvo aqueles que ingressaram no serviço público, sem interrupção, até **fevereiro de 2015**.

5 Atualmente fixada em R\$ 4.664,68

Conclui-se, portanto, que já existe alguma relevância, sob a ótica financeira, bem como um risco de que as perdas à União se agravem ao longo do tempo, sugerindo uma atuação do *parquet* federal na defesa de interesse da União e dos demais entes.

Ante o exposto, encaminho a presente notícia de fato, sugerindo que se consulte o Estado de Minas Gerais sobre a metodologia atualmente empregada bem como faça os ajustes necessários, inclusive, providenciando a restituição dos valores eventualmente retidos a maior, em prejuízo da União e dos servidores daquele estado.

Desde já, coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nestes termos, respeitosamente, peço deferimento.

Goiânia, 12 de abril de 2024

JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS BARBOSA

ANEXO I – ESTIMATIVA DE IMPACTO

[illegible]

ANEXO II – AMOSTRA CONCEITUAL

masp	nome	descsitser	nmefet	tem_apost	desccomi	descinst	descunid	carga_hora	remuner	teto_judic	ferias	decter	premio	feriasprem	jetons	eventual	ir	prev	rem_pos	IR_Previsto	Diferença	
7557242	JEFFERSON TADEU DA SILVA BRUM	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE CREDITO E COBRANCA		40	18546,99	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2154,96	R\$ 3.924,31	1018,6	15759,04	R\$ 3.924,31	-R\$ 0,00
7557150	HUGO FURTADO RODRIGUES	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II CONTAGEM		40	20233,08	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2514,12	R\$ 4.387,98	1018,6	17340,62	R\$ 4.387,98	R\$ 0,00
7557127	JOAO GERALDO COUREL DE SOUZA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	24448,3	0 NAO	0	0	0	0	0	0	3052,86	R\$ 5.547,17	1018,6	20935,39	R\$ 5.547,17	-R\$ 0,00
7557267	GILBER DA SILVA JUNIOR	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO		40	18546,99	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2154,96	R\$ 3.924,31	1981,39	14796,25	R\$ 3.659,54	-R\$ 264,77
7557283	JOSE MACIEL DE AGUIAR CABRAL	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE ARRECADACAO E INFORMACOES		40	18546,99	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2154,96	R\$ 3.924,31	1981,39	14796,25	R\$ 3.659,54	-R\$ 264,77
7557358	LUCAS DIOGO BERNARDI SANTANA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO		40	18546,99	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2154,96	R\$ 3.924,31	1981,39	14796,25	R\$ 3.659,54	-R\$ 264,77
7557382	MATHEUS HENRIQUE PARRA RIBEIRO	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE CREDITO E COBRANCA		40	18546,99	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2154,96	R\$ 3.872,17	1981,39	14848,39	R\$ 3.659,54	-R\$ 212,63
7557309	MAURO MIKIO MIYAGAWA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE ARRECADACAO E INFORMACOES		40	18546,99	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2154,96	R\$ 3.924,31	1981,39	14796,25	R\$ 3.659,54	-R\$ 264,77
7557317	WILLY GARABINI CORNELISSEN	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO		40	18546,99	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2154,96	R\$ 3.924,31	1981,39	14796,25	R\$ 3.659,54	-R\$ 264,77
7557259	ANTONIO JARDIM DE OLIVEIRA FILHO	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	19390,03	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2334,54	R\$ 4.156,14	2025,16	15543,27	R\$ 3.879,34	-R\$ 276,80
7557424	DANIEL SILVA NERI	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	19390,03	0 NAO	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 4.230,72	2025,16	13134,15	R\$ 3.879,34	-R\$ 351,38
7557234	PAOLA MIRES OLIVEIRA TUPAM	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	19390,03	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2334,54	R\$ 4.156,14	2025,16	15543,27	R\$ 3.879,34	-R\$ 276,80
7557325	RAQUEL DO ROSARIO NICOLAU	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO		40	19390,04	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2334,54	R\$ 4.188,25	2025,17	15511,16	R\$ 3.879,34	-R\$ 308,91
7557226	EVERSON GASS	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO		40	20233,08	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2514,12	R\$ 4.387,98	2068,92	16290,3	R\$ 4.099,14	-R\$ 288,84
7557143	FRANCISCO JARDEL DE SOUSA SANTOS	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	20233,08	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2514,12	R\$ 4.387,98	2068,92	16290,3	R\$ 4.099,14	-R\$ 288,84
7557184	KEZIA REGINA SOUZA ARAUJO	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE CREDITO E COBRANCA		40	20233,08	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2514,12	R\$ 4.387,98	2068,92	16290,3	R\$ 4.099,14	-R\$ 288,84
7557218	LUCIO DE SA BARBOSA FILHO	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE TRIBUTACAO		40	20233,08	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2514,12	R\$ 4.387,98	2068,92	16290,3	R\$ 4.099,14	-R\$ 288,84
7557168	MARCOS PAULO ROCHA MORAIS	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	20233,08	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2514,12	R\$ 4.387,98	2068,92	16290,3	R\$ 4.099,14	-R\$ 288,84
7557176	MARIANA SAYURI ISHIKAWA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE TRIBUTACAO		40	20233,08	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2514,12	R\$ 4.387,98	2068,92	16290,3	R\$ 4.099,14	-R\$ 288,84
7557036	DERIVALDO PEREIRA SOBRINHO	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO		40	21076,13	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2693,7	R\$ 4.619,82	2112,68	17037,33	R\$ 4.318,95	-R\$ 300,87
7557119	IGOR LAGUNA VIEIRA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II CONTAGEM		40	21076,13	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2693,7	R\$ 4.619,82	2112,68	17037,33	R\$ 4.318,95	-R\$ 300,87
7557374	KIM TIAGO DOS SANTOS OLIVEIRA BAPTISTA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO		40	21076,13	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2693,7	R\$ 4.619,82	2112,68	17037,33	R\$ 4.318,95	-R\$ 300,87
7557135	LUIS EDUARDO CARNEIRO DE ANDRADE LEITATIVO	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II CONTAGEM		40	21076,13	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2693,7	R\$ 4.567,68	2112,68	17089,47	R\$ 4.318,95	-R\$ 248,73
7557101	PAULO HENRIQUE SILVESTRE DE SOUZA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	21076,13	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2693,7	R\$ 4.567,68	2112,68	17089,47	R\$ 4.318,95	-R\$ 248,73
7557028	THALES GONCALVES RANGEL	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO		40	21076,13	0 NAO	0	0	0	0	0	0	2693,7	R\$ 4.567,68	2112,68	17089,47	R\$ 4.318,95	-R\$ 248,73
7556806	CRISTILAN ISMAEL ANDRADE SANTOS	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE TRIBUTACAO		40	24448,3	0 NAO	0	0	0	0	0	0	3052,86	R\$ 5.547,17	2287,74	19666,25	R\$ 5.198,15	-R\$ 349,02
7556657	FABIANO SOARES RAMINHO	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	24448,3	0 NAO	0	0	0	0	0	0	3052,86	R\$ 5.547,17	2287,74	19666,25	R\$ 5.198,15	-R\$ 349,02
7556517	LUCAS FIGUEIREDO RESENDE PEREIRA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II CONTAGEM		40	24448,3	0 NAO	0	0	0	0	0	0	3052,86	R\$ 5.547,17	2287,74	19666,25	R\$ 5.198,15	-R\$ 349,02
7556491	MARCELO CICCIO DO NASCIMENTO	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SUPERINTENDENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO		40	24448,3	0 NAO	0	0	0	0	0	0	3052,86	R\$ 5.442,89	2287,74	19770,53	R\$ 5.198,15	-R\$ 244,74
7556459	MATHEUS AUGUSTO CORREA	ATIVO	AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL NAO			SECRETARIA DA FAZENDA SRF II BELO HORIZONTE		40	24448,3	0 NAO	0	0	0	0	0	0	3052,86	R\$ 5.547,17	2287,74	19666,25	R\$ 5.198,15	-R\$ 349,02